



## Minicurso

# Resultados Nominal e Primário

Prof. Orion Augusto Platt Neto  
Prof. Flávio da Cruz



1/60

## Objetivos

**Apresentar**, sob o enfoque contábil, o Resultado Nominal e o Resultado Primário das contas públicas.



**Orientar** as formas de apuração e de interpretação desses resultados, abrangendo: base normativa; demonstrativos contábeis; e exemplos reais em entes públicos.

2/60

## Tipos de Resultados

- **Resultados nos Entes:** Superávits ou Déficits.
- **Resultado Nominal:** variação da Dívida Fiscal Líquida (DFL) ou da Dívida Consolidada Líquida (DCL).
- **Resultado Primário:** Diferença entre Receitas e Despesas Primárias.
- **Outros:** Res. da Execução Orçamentária; Res. do Orçamento Corrente; Res. Financeiro; e Res. Patrimonial.



3/60

## Normas Básicas



- **LRF:** arts. 4º, 9º, 30 e 53.
- **MDF:** RREO.

**Enfoque normativo  
e interpretação.**

4/60

## Contexto

- **Crises Econômicas:** elevação da taxa de juros, queda da arrecadação e crescimento da dívida.
- **Ajuste Fiscal:** reduzir dívida (%/PIB), fazer reformas, pagar juros e cumprir metas para manter a confiança dos investidores (*rating*).
- **Maquiagem:** Contabilidade Criativa para aparentar cumprimento de metas.
- **Dívida é Boa ou Ruim?** Alavancagem econômica e social; aplicações ineficientes; desvios (auditoria); e custo social da “agiotagem”.

5/60

## Resultados Nominal e Primário (1/5)

### Base Legal – Metas

Integrará o projeto de LDO: “Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas **metas anuais**, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, **resultados nominal e primário e montante da dívida pública**, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”.



(BRASIL, 2000, art. 4º, grifos nossos)

6/60

## Resultados Nominal e Primário (2/5)

### Base Legal – Correção

“Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das **metas de resultado primário ou nominal** estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão” [...] **“limitação de empenho** e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela” LDO.



(BRASIL, 2000, art. 9º, grifos nossos)

7/60

## Resultados Nominal e Primário (3/5)

### Base Legal - Avaliação

- “Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo **demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais** de cada quadrimestre, em **audiência pública** [...]”.
- O RREO, bimestral, é acompanhado de **demonstrativos** relativos aos “resultados nominal e primário”.



(BRASIL, 2000, art. 9º e 53, grifos nossos)

8/60

## Resultados Nominal e Primário (4/5)

### Resumindo

- “O **objetivo da apuração** [...] é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado”.
- “As **metas fiscais** são o elo entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento”.

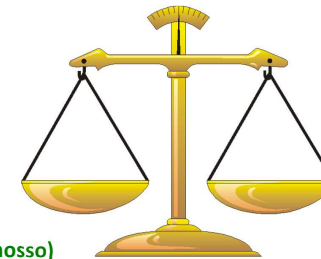
(STN, 2017a, p. 218, grifos nossos)

9/60

## Resultados Nominal e Primário (5/5)

### Base Legal - Metodologia

90 dias após a publicação da LRF, o Presidente teve que submeter ao Senado e ao Congresso propostas de limites sobre as dívidas, acompanhadas de “**metodologia de apuração dos resultados primário e nominal**”.



(BRASIL, 2000, art. 30, grifo nosso)

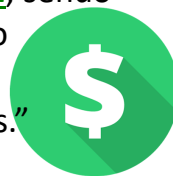
10/60

## Resultado Nominal (1/5)

### Conceito e Significado

“Compreende o resultado da variação da dívida líquida do setor público deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos.”

- “**conceito mais abrangente de resultado fiscal**, sendo amplamente utilizado pelo mercado financeiro para acompanhar o desempenho financeiro do governo e para comparações internacionais.”



(LIMA, 2015, p. 240, grifo nosso)

11/60

## Resultado Nominal (2/5)

### Base Legal - Modelo

- **Exigido na LRF:** art. 53, III.
- **Bimestral:** publicado 30 dias após.
- **Modelo:** editado pela STN consta no MDF com instruções.
- **Componente do RREO:** “Demonstrativo do Resultado Nominal” (Anexo 5 até 2017) e “Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal” (Anexo 6 a partir de 2018).



12/60

## Resultado Nominal (3/5)

### Exemplo

- 6º bimestre com jan. a dez/2015.
- Seguem extratos ampliados...

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - COMISSÃO GERAL DE CONTABILIDADE			
RELAÇÃO DE DÍVIDAS FISCALIS E PREVIDENCIÁRIAS - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)			
PERÍODO DE REFERÊNCIA: 1º BIMESTRE DE 2016			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA			
	Em 31/Dez/2014	Em 31/Out/2015	Em 31/Dez/2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	77.813.680.236,29	86.289.323.959,59	89.252.959.131,10
DEDUÇÕES (II)	6.080.099.611,53	8.188.934.786,39	9.298.478.710,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.894.674.875,26	6.418.830.578,24	6.302.979.715,76
Demais Haveres Financeiros	1.415.503.500,05	2.456.541.344,27	3.317.413.334,14
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	230.078.763,78	686.437.136,12	321.914.339,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	71.733.580.624,76	78.100.389.173,20	79.954.480.420,58
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	186.735.070,48	174.115.096,21	171.348.721,34
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	71.546.845.554,28	77.926.274.076,99	79.783.131.699,24

(PMSP, 2015c, Anexo 5)

13/60

## Resultado Nominal (4/5)

### Apuração da DFL

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2014 (a)	Em 31/Out/2015 (b)	Em 31/Dez/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	77.813.680.236,29	86.289.323.959,59	89.252.959.131,10
DEDUÇÕES (II)	6.080.099.611,53	8.188.934.786,39	9.298.478.710,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.894.674.875,26	6.418.830.578,24	6.302.979.715,76
Demais Haveres Financeiros	1.415.503.500,05	2.456.541.344,27	3.317.413.334,14
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	230.078.763,78	686.437.136,12	321.914.339,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	71.733.580.624,76	78.100.389.173,20	79.954.480.420,58
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	186.735.070,48	174.115.096,21	171.348.721,34
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	71.546.845.554,28	77.926.274.076,99	79.783.131.699,24

- O RN é a apurado pela variação da DFL.
- DFL é quase o mesmo que a DCL: há mais alguns ajustes.
- DCL é a DC com algumas deduções.

Notas:

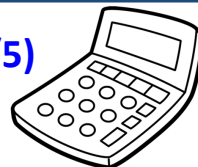
1 - O valor constante dos "Passivos Reconhecidos" compõem-se das Dívidas com o INSS e PASEP da Adm. Direta (PMSP), Contribuições Sociais - REFIS Lei 11.941/09 da COHAB e seu FMH e Parcelamento de PASEP do IPREM.

(PMSP, 2015c, Anexo 5)

14/60

## Resultado Nominal (5/5)

### Apuração do RN



DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2014 (a)	Em 31/Out/2015 (b)	Em 31/Dez/2015 (c)
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	71.546.845.554,28	77.926.274.076,99	79.783.131.699,24
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	1.856.857.622,25	8.236.286.144,96	

Variáveis Principais	Realização	Valores (R\$ Milhões)
(a) Dívida Fiscal Líquida	Em data de referência	79.783
(b) Dívida Fiscal Líquida	Em data 12m antes	71.547
<b>(c) Resultado Nominal</b>	<b>(a-b)</b>	<b>8.236</b>

Adaptado de PMSP (2015c, Anexo 5)

15/60

## Resultado Primário (1/13)

### Significado

“É um indicador da ‘autossuficiência’ de recursos públicos para a cobertura das despesas”.

- “Demonstra quanto o ente depende de recursos de terceiros para a cobertura das despesas”.



(PASCOAL, 2004, p. 42, grifo nosso)

16/60

## Conceito Simplificado (2/13)

### “O que é resultado primário?”

“é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja **positiva**, tem-se um ‘**superávit primário**’; caso seja **negativa**, tem-se um ‘**déficit primário**’.”



(SOF, 2016, grifos nossos) - FAQ

17/60

## Aspectos Econômicos (3/13)

“O resultado primário corresponde ao resultado nominal (NFSP) menos os juros nominais incidentes sobre a dívida líquida interna e externa. Os juros incidentes sobre a dívida do setor público são determinados pelo nível da taxa de juros nominal interna e externa e pela dimensão dos deficit anteriores (dívida atual). A inclusão dos juros no cálculo do deficit dificulta a mensuração do efeito da política fiscal implementada pelo governo. Assim, o resultado primário **é importante para avaliar a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos.**”



(BACEN, 2016, grifo nosso) - Glossário

18/60

## RP do Governo Central (1/2) (4/13)

Abrange Tesouro Nacional, Previdência Social e BACEN.

- **Conceito:** “resultado líquido do total das receitas primárias do Governo Central deduzidas suas despesas primárias”.
- **Origens dos Dados:** obtidos pela STN a partir de consultas junto ao SIAFI, além dos transmitidos à STN pela RFB, pelo MPS e pelo BACEN.
- **Publicação:** Boletim Resultado do Tesouro Nacional.



(STN, 2016a)

TESOURO NACIONAL 19/60

## RP do Governo Central (2/2) (5/13)

- Muitas planilhas.
- Memórias de cálculo.
- Mensais e anuais.
- RP e RN.

Discriminação	2015		2016	
	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	3.900,0	0,1%	5.857,8	0,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis (12)	0,0	0,0%	0,0	0,0%
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	9.878,8	0,2%	10.163,4	0,2%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro (13)	53.506,9	0,9%	23.327,6	0,4%
IV.3.21 Transferências ANA (14)	278,7	0,0%	284,2	0,0%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	843,5	0,0%	849,7	0,0%
IV.3.23 FIES	0,0	0,0%	7.020,3	0,1%
<b>IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes</b>	<b>253.286,5</b>	<b>4,2%</b>	<b>288.700,4</b>	<b>4,9%</b>
IV.4.1 PAC (17)	47.259,3	0,8%	42.042,7	0,7%
d/q MCMV	20.709,2	0,3%	7.965,3	0,1%
IV.4.2 Emissões de TDA	174,2	0,0%	262,7	0,0%
IV.4.3 Demais Poder Executivo	194.066,9	3,2%	228.390,8	3,6%
IV.4.4 LEIU/MPU	11.786,2	0,2%	13.004,2	0,2%
<b>V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL</b>	<b>855,0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0%</b>
<b>VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>	<b>-114.740,8</b>	<b>-1,9%</b>	<b>-161.275,6</b>	<b>-2,6%</b>
<b>VII. AJUSTE METODOLÓGICO <sup>11/</sup></b>	<b>3.888,4</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.721,9</b>	<b>0,1%</b>
<b>VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-5.803,2</b>	<b>-0,1%</b>	<b>-1.919,7</b>	<b>0,0%</b>
<b>IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII) <sup>12/</sup></b>	<b>-116.655,6</b>	<b>-1,9%</b>	<b>-159.473,4</b>	<b>-2,5%</b>
<b>X. JUROS NOMINAIS <sup>17/</sup></b>	<b>-397.240,4</b>	<b>-6,6%</b>	<b>-318.362,1</b>	<b>-5,1%</b>
<b>XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X) <sup>12/</sup></b>	<b>-513.896,0</b>	<b>-8,6%</b>	<b>-477.835,5</b>	<b>-7,6%</b>

(STN, 2017b)

20/60



## Equação I (6/13)

**“Resultado Primário (III) = (I – II)”**  
**= Receitas Primárias (I)**  
**- Despesas Primárias (II)**



“indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.”

(STN, 2017a, p. 63) - MDF

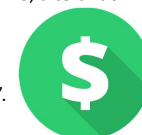
21/60

## Receitas e Despesas Primárias e Não Primárias (7/13)

Classificação instituída com o objetivo de identificar quais são aquelas que compõem o RP.

### ➤ Receitas Não Primárias (são **financeiras**):

“são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou **não alteram o endividamento líquido** do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que **criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira**, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações e outras”.



(STN, 2014, p. 52, grifos nossos) - MDF

22/60

## Receitas Primárias

### ➤ Exclui Receitas Financeiras (Não Primárias)

- “refere-se predominantemente a receitas correntes e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-parte das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias”.

(STN, 2014, p. 52 e 62) - MDF

RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	(8/13)
Receitas Tributárias	
Receitas de Contribuições	
Receitas Previdenciárias	
Outras Receitas de Contribuições	
Receita Patrimonial Líquida	
Receita Patrimonial	
(-) Aplicações Financeiras	←
Transferências Correntes	
Convênios	
Outras Transferências Correntes	
Demais Receitas Correntes	
Dívida Ativa	
Diversas Receitas Correntes	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	
Operações de Crédito (III)	←
Amortização de Empréstimos (IV)	←
Alienação de Bens (V)	←
Transferências de Capital	
Convênios	
Outras Transferências de Capital	
Outras Receitas de Capital	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	

## Despesas Primárias (9/13)

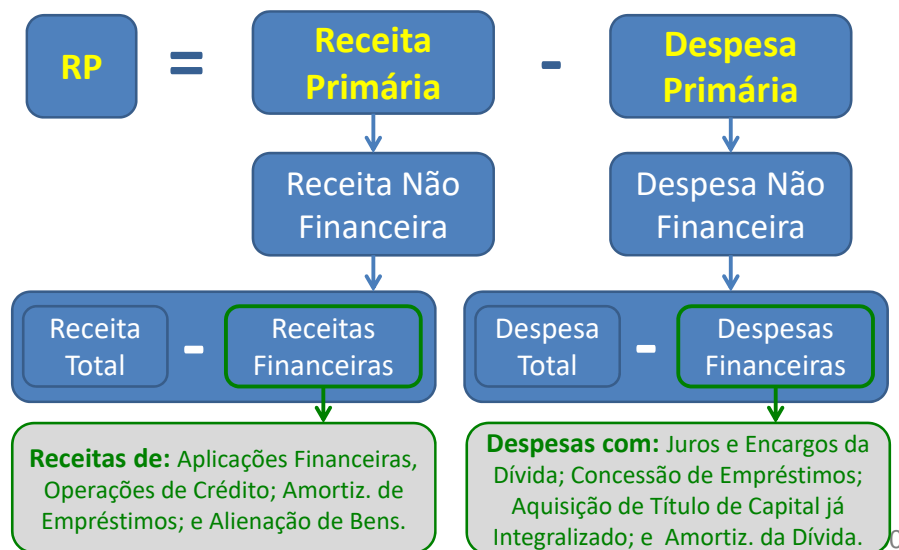
### ➤ Exclui Desp. Financeiras (Não Primárias)

DESPESAS CORRENTES (VIII)
Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida (IX)
Outras Despesas Correntes
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)
DESPESAS DE CAPITAL (XI)
Investimentos
Inversões Financeiras
Concessão de Empréstimos (XII)
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)
Demais Inversões Financeiras
Amortização da Dívida (XIV)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)
RESERVA DO RPPS (XVII)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)


(STN, 2014, p. 62) - MDF

24/60

**Equação II** (10/13)



## Base Legal - Modelo (11/13)

- **Exigido na LRF:** art. 53, III.
  - **Bimestral:** publicado 30 dias após.
  - **Modelo:** editado pela STN  
consta no MDF com instruções.
  - **Componente do RREO:** “Demonstrativo do Resultado Primário” (Anexo 6 até 2017) e “Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal” (Anexo 6 a partir de 2018).
  - **Compara** com a meta do ano, cfe a LDO (no AMF).
  - **Visa** avaliar se houve desvio da meta, que pode requerer medidas de ajuste.
- 



## Demonstrativo - Exemplo (12/13)

- 6º bimestre com jan. a dez/2015.
- Segue apuração...

[illegible]

## Exemplo – Apuração (13/13)

**RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)**

**DESPESA PRIMÀRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)**

**RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)**



Variáveis Principais	Realização	Valores (R\$ Milhões)
(a) Receita Primária Total	Arrecadadas	46.783
(b) Despesa Primária Total	Empenhadas	43.804
<b>(c) Resultado Primário</b>	<b>(a-b)</b>	<b>2.979</b>

## Exemplo de Análise das Metas de Resultados Primário de Nominal (1/7)

- Dados do “Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais”.
- Ref. § 4º do art. 9º da LRF, para **Audiência Pública**.



(PMSP, 2015a, p. 1-2)

29/60

## Resultado Primário (1/2)

(2/7)

3º Quadr./2015, R\$ Milhões

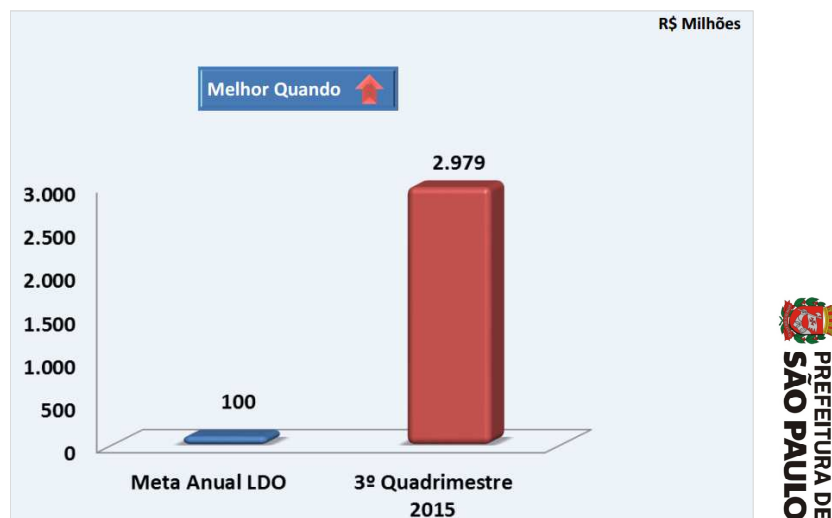
Receitas Primárias Correntes	45.531
Receitas Primárias De Capital	1.252
<b>Receita Primária Total</b>	<b>46.783</b>
Despesas Primárias Correntes	39.185
Despesas Primárias De Capital	4.619
<b>Despesa Primária Liquidada Total</b>	<b>43.804</b>
<b>Resultado Primário</b>	<b>2.979</b>
Meta Fiscal Anual Definida na LDO	100

(PMSP, 2015a, p. 16)

30/60

## Resultado Primário (2/2)

(3/7)

(PMSP, 2015a, p. 17) Esta meta parece fictícia (“chute prudente”).

31/60

## Resultado Nominal (1/2)

(4/7)

R\$ Milhões

	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	77.814	89.253
Dívida Contratual	65.895	76.123
Precatórios posteriores à 05/05/2000 (inclusive)	11.918	13.130
DEDUÇÕES ( II )	6.080	9.298
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.895	6.303
Demais Haveres Financeiros	1.416	3.317
(-) Restos a Pagar Processados (exceto Precatórios)	230	322
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III )= ( I )- ( II )	71.734	79.954
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	187	171
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III ) + ( IV ) - ( V )</b>	<b>71.547</b>	<b>79.783</b>
RESULTADO NOMINAL	5.932	8.236
RESULTADO NOMINAL - META LDO	8.012	8.839

RN equivale à variação da DFL.

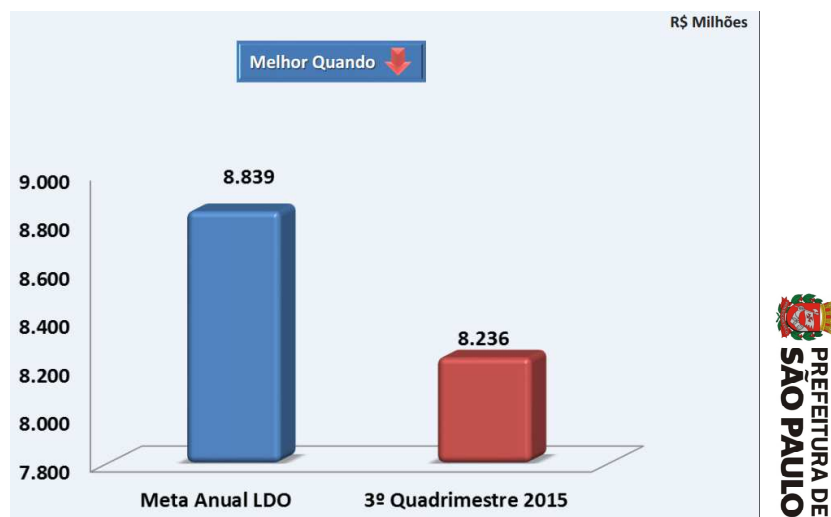
(PMSP, 2015a, p. 18)

32/60



## Resultado Nominal (2/2)

(5/7)

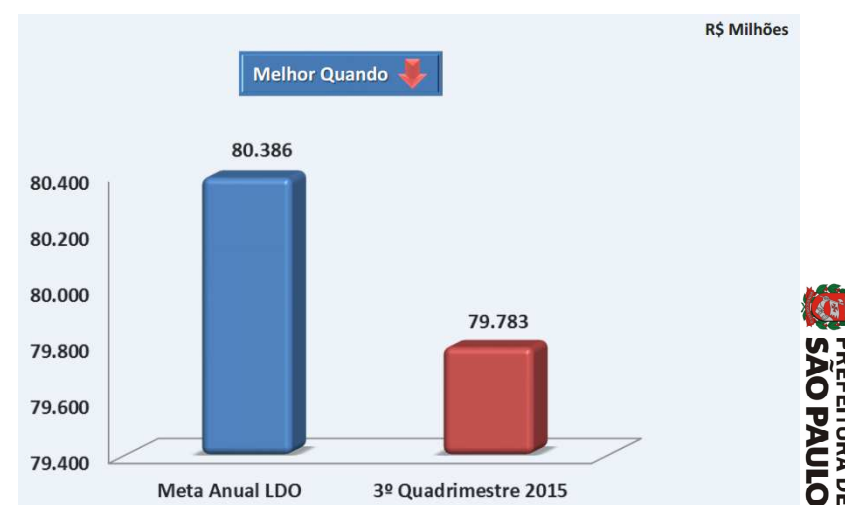


(PMSP, 2015a, p. 19)

33/60

## Dívida Fiscal Líquida

(6/7)

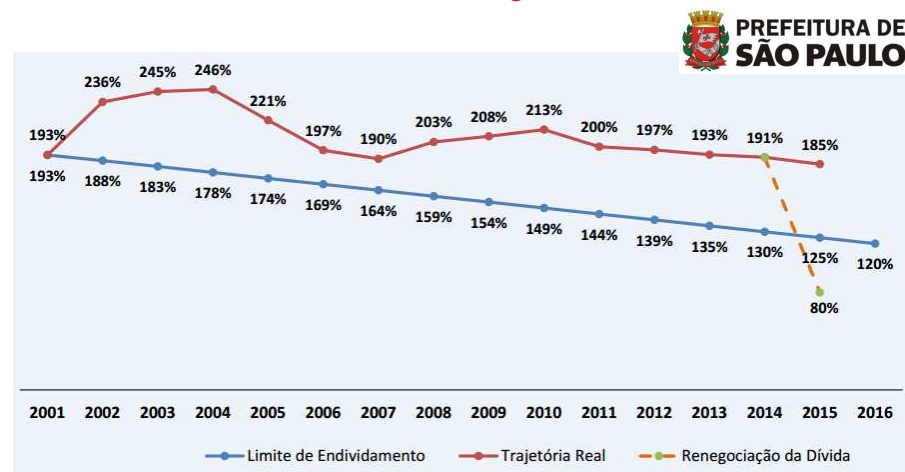


(PMSP, 2015a, p. 20)

34/60

## Limite e Trajetória da DCL em Relação à RCL

(7/7)



(PMSP, 2015a, p. 23)

35/60

## Novidades a partir de 2018

- Unidos os Resultados Primário (RP) e Nominal (RN) num **único demonstrativo (Anexo 6)** do RREO.
- Para fins de apuração do RP, "não deverão ser computadas as receitas e despesas **intraorçamentárias**".
- RP troca o regime da despesa **de empenho para caixa**.
- RN passa a ser baseado na Dívida Consolidada Líquida (**DCL**) ao invés da DFL.
- RN com **sinais invertidos**: "+" superávit; e "-" déficit.
- Inclusão das metodologias "**acima da linha**" e "**abaixo da linha**" para ambos os resultados >>

(STN, 2017a, p. 216-217, grifo nosso) – 8ª edição do MDF

36/60

## Acima e Abaixo da Linha

- São metodologias (critérios) que servem para quantificar a Necessidade de Financiamento do Setor Público (**NFSP**). Esta decorre do **déficit público**, que acarreta aumento da **dívida pública**.
- O **BACEN** e o **FMI** utilizam o critério “abaixo da linha”, para monitorar a **NFSP**.
- A **STN** utiliza o critério “acima da linha”, de forma a auxiliar à montagem do **orçamento** e o acompanhamento das **metas** da LDO.



37/60

## Acima da Linha



“A metodologia ‘acima da linha’ **apura os valores das receitas e despesas primárias**, discriminadas em correntes e de capital, o resultado primário acima da linha, a discriminação da **meta** de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, o saldo de exercícios anteriores, a reserva orçamentária do RPPS, os juros e encargos ativos e passivos, o resultado nominal acima da linha, e a discriminação da meta de resultado nominal estabelecida no Anexo de Metas Fiscais”.

(STN, 2017a, p. 217, grifos nossos)

38/60

## Abaixo da Linha



“A metodologia ‘abaixo da linha’ **contém valores do cálculo da dívida consolidada, das deduções e da dívida consolidada líquida**, o resultado nominal abaixo da linha, o valor relativo aos ajustes metodológicos (quais sejam, a variação do saldo de restos a pagar processados, Receita de Alienação de Investimentos Permanentes, Passivos Reconhecidos na Dívida Consolidada), o resultado nominal ajustado – abaixo da linha, os juros ativos e passivos, e o resultado primário – abaixo da linha”.

(STN, 2017a, p. 217, grifo nosso)

39/60

## São Metodologias Complementares

- As apurações acima e abaixo da linha **permitem perceber**: mudanças no estoque da dívida; o cumprimento de metas; o esforço fiscal; o impacto da política fiscal; e as causas de desequilíbrios.
- “O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é **comparável** e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa evidenciação da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma **complementar**”.

(STN, 2017a, p. 218, grifos nossos)

40/60

## Resultado Nominal

Pode ser obtido de 2 formas:

- **RN Abaixo da Linha:** “por meio da simples comparação entre os estoques da DCL em momentos diferentes”.
- **RN Acima da Linha:** “soma da conta de juros com as receitas primárias e as despesas primárias”.

Obs.: Pode haver **discrepâncias** devido a divergências metodológicas, a serem evidenciadas em notas explicativas. Leia mais no MDF.

(STN, 2017a, p. 219, grifo nosso)

41/60

## Resultado Primário

Pode ser entendido como o “**esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública**”.

- **Superávits primários** “representam aumentos de disponibilidades de caixa, as quais são deduzidas da dívida consolidada para fins do cálculo da” DCL.
- **Déficit primários** “sinalizam a diminuição das disponibilidades de caixa em um período de apuração e a consequente diminuição do montante a ser deduzido da DC para fins do cálculo da DCL”.

(SOF, 2017a, p. 218-219, grifo nosso) – 8ª Ed. MDF: Regime de Caixa

42/60

## Novas Fórmulas (1/3)

### RP Acima da Linha

(a) <b>Receita Primária</b> Total <sup>[1]</sup>	100
(b) <b>Despesa Primária</b> Total <sup>[1] [2]</sup>	95
(c) <b>Resultado Primário = a - b</b>	5

[1] Não inclui as receitas e despesas intraorçamentárias.

Apenas ingressos e desembolsos orçamentários: regime de caixa.

[2] Abrange as despesas primárias pagas, os restos a pagar processados pagos e os restos a pagar não processados pagos. Não abrange as despesas empenhadas e não pagas (liquidadas ou não) nem os restos a pagar não processados não pagos.

(STN, 2017a, p. 223-224) – Simplificado e exemplificado

43/60

## Novas Fórmulas (2/3)

### RN Abaixo da Linha

(a) <b>DCL</b> em 31/12/2017 (Inicial)	60
(b) <b>DCL</b> em 31/12/2018 (Final)	65
(c) <b>Resultado Nominal = a - b</b>	-5

### RN Acima da Linha

(a) <b>Resultado Primário</b> Acima da Linha		5
Juros Nominais	(b) <b>Juros e Encargos Ativos</b> <sup>[1]</sup>	2
	(c) <b>Juros e Encargos Passivos</b> <sup>[1]</sup>	12
<b>(d) Resultado Nominal = a + (b - c) = 5+(2-12) = 5-10</b>		<b>-5</b>

[1] Conforme o regime de competência (quando impactam na DCL).

(STN, 2017a, p. 223-224) – Simplificado e exemplificado

44/60

## Mudança de Sinal do RN

Alteração em 18/09/2017

**RP e RN convergentes:**

Sinal Positivo (+) = superávit; e

Sinal Negativo (-) = déficit.

## Justificativa

Além disso, tendo em vista a necessidade de que as informações dos demonstrativos fiscais sejam mais claras, houve alteração na forma de apresentação do cálculo do resultado nominal, estabelecido na 8ª edição do MDF. A apresentação desse resultado havia mantido a mesma lógica, vigente até então e utilizada pelo Banco Central, para a apuração da necessidade de financiamento do setor público, que apresenta com sinal positivo o resultado nominal deficitário e, com sinal negativo, o resultado nominal superavitário. Essa alteração foi efetuado no sentido de que a apresentação dos resultados primário e nominal sejam convergentes, ou seja, os resultados com sinal positivo, tanto para o resultado primário como para o resultado nominal, serão considerados superávit e o sinal negativo será considerado déficit.

(STN, 2017a, Síntese das Alterações)

45/60

## Novas Fórmulas (3/3)



## RP Abaixo da Linha

(a) Resultado Nominal Ajustado Abaixo da Linha <sup>[1]</sup>
(b) Juros e Encargos Ativos
(c) Juros e Encargos Passivos
<b>(d) Resultado Primário = a - (b - c)</b>

(a) Resultado Nominal Abaixo da Linha (variação da DCL)
(b) Variação do Saldo de Restos a Pagar Processados (RPP)
(c) Receita de Alienação de Investimentos Permanentes
(d) Passivos Reconhecidos na Dívida Consolidada (DC)
(e) Outros Ajustes
<b>(f) Resultado Nominal Ajustado Abaixo da Linha = a - b - c + d + e</b>





[1] (f) Resultado Nominal Ajustado Abaixo da Linha =  $a - b - c + d + e$

(STN, 2017a, p. 223-224) – Simplificado e exemplificado

46/60

## Demonstrativo dos RPN

- Quadro principal.
- Nova Metodologia.
- A partir de 2018.

RP Acl		IDENTIFICAZIONE DELL'OPERAZIONE: <b>OPERAZIONE DI TRASFERIMENTO DI FIDUCIARITÀ</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)		DATA DI INIZIO DELL'OPERAZIONE: <b>01/01/2024</b> DATA DI FINE DELL'OPERAZIONE: <b>31/12/2024</b>	
		NOME E COGNOME DEL RESPONSABILE DELL'OPERAZIONE: <b>MARIO ROSSI</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)		NOME E COGNOME DEL RESPONSABILE DELLA SOCIETÀ: <b>GIULIO BIANCHI</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)	
RN Acl		IDENTIFICAZIONE DELL'OPERAZIONE: <b>OPERAZIONE DI TRASFERIMENTO DI FIDUCIARITÀ</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)		DATA DI INIZIO DELL'OPERAZIONE: <b>01/01/2024</b> DATA DI FINE DELL'OPERAZIONE: <b>31/12/2024</b>	
		NOME E COGNOME DEL RESPONSABILE DELL'OPERAZIONE: <b>MARIO ROSSI</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)		NOME E COGNOME DEL RESPONSABILE DELLA SOCIETÀ: <b>GIULIO BIANCHI</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)	
RN AbL		IDENTIFICAZIONE DELL'OPERAZIONE: <b>OPERAZIONE DI TRASFERIMENTO DI FIDUCIARITÀ</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)		DATA DI INIZIO DELL'OPERAZIONE: <b>01/01/2024</b> DATA DI FINE DELL'OPERAZIONE: <b>31/12/2024</b>	
		NOME E COGNOME DEL RESPONSABILE DELL'OPERAZIONE: <b>MARIO ROSSI</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)		NOME E COGNOME DEL RESPONSABILE DELLA SOCIETÀ: <b>GIULIO BIANCHI</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)	
RP AbL		IDENTIFICAZIONE DELL'OPERAZIONE: <b>OPERAZIONE DI TRASFERIMENTO DI FIDUCIARITÀ</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)		DATA DI INIZIO DELL'OPERAZIONE: <b>01/01/2024</b> DATA DI FINE DELL'OPERAZIONE: <b>31/12/2024</b>	
		NOME E COGNOME DEL RESPONSABILE DELL'OPERAZIONE: <b>MARIO ROSSI</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)		NOME E COGNOME DEL RESPONSABILE DELLA SOCIETÀ: <b>GIULIO BIANCHI</b> (Art. 10 del Regolamento (UE) 2015/2392)	

(STN, 2017a, p. 223-224)

7/60

## Ilustração (1/3)

Apuração da DCL		31/12/2017	31/12/2018
Dívida Consolidada	(a)	105.000	110.000
Deduções*	(b)	5.000	6.000
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>(c = a-b)</b>	<b>100.000</b>	<b>104.000</b>

Apuração do RN		2018
DCL Inicial (31/12/2017)	(d)	100.000
DCL Final (31/12/2018)	(e)	104.000
<b>Resultado Nominal Abaixo da Linha</b>	<b>(f = d-e)</b>	<b>-4.000</b>

**Interpretação:** Houve déficit nominal  
– a DCL cresceu R\$ 4 mil em 2018 (RN AbL negativo).

\* “[...] as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados” – ver Anexo 2 do RGF (STN, 2017a, p. 220). 48/60

## Ilustração (2/3)

Execução Orçamentária			2018
Receitas Orçamentárias*	(arrecadação)	(a)	72.000
Despesas Orçamentárias*	(empenho)	(b)	72.000
<b>Resultado Orçamentário</b>	("misto")	(c = a - b)	<b>0</b>

\* Incluindo todas as operações intra e exceto intraorçamentárias.

**Interpretação:** A execução orçamentária foi **equilibrada** (RO = DO).

**Ingressos**  
Exceto Intra:

Receitas Orçamentárias	(d)	70.000
Receitas Orç. Financeiras	(e)	2.000
<b>Receita Primária Total</b>	<b>(f = d - e)</b>	<b>68.000</b>

**Desembolsos**  
Exceto Intra:

Despesas Orçamentárias Pagas	(g)	60.000
Restos a Pagar Pagos (extraorç.)	(h)	5.000
Despesas Orç. Financeiras	(i)	7.000
<b>Despesa Primária Total</b>	<b>(j = g + h - i)</b>	<b>58.000</b>

## Ilustração (3/3)

Apuração do RP		2018
Receita Primária Total	(a)	68.000
Despesa Primária Total	(b)	58.000
<b>Resultado Primário Acima da Linha</b>	<b>(c = a - b)</b>	<b>10.000</b>

**Interpretação:** Houve superávit primário

- as RecP superaram as DespP em R\$ 10 mil.

Há “autossuficiência” de recursos para cobrir as despesas.

### Interpretação Final:

Apesar do esforço fiscal de R\$ 10 mil (RP AcL positivo), a DCL cresceu R\$ 4 mil (RN AbL negativo) em 2018.

(Isto se deve aos juros e encargos passivos, reconhecidos por competência)

50/60

## Caso Real Novo (1/8)

- Ao final de março de 2018, foram publicados os primeiros **demonstrativos novos** do RPN.
- Foram obtidos e analisados os demonstrativos referentes ao 1º bimestre (**jan-fev/18**) do Município de São Paulo.
- Seguem imagens dos demonstrativos.
- Depois, quadros e **resumos das apurações**.

## Caso Real Novo (2/8)

[illegible]

(PMSP, 2018)



2/2

53/60

(PMSP, 2018)

## Receita Primária

(R\$ milhões).

(PMSP, 2018)

54/60

## Despesa Primária

(R\$ milhões).

(PMSP, 2018)

## RP AcL

(R\$ milhões).

(PMSP, 2018)

56/60

## RN AcL

	Incorrido até o Bimestre
<b>VII Resultado Primário -- Acima da Linha</b>	<b>3.808</b>
(+) Juros e Encargos Ativos	89
(-) Juros e Encargos Passivos	201
<b>VIII RESULTADO NOMINAL -- Acima da Linha</b>	<b>3.696</b>

## Caso Real Novo (7/8)

### RN AbL

(R\$ milhões).

	Saldo em 31/12/2017 (a)	Saldo em 28/02/2018 (b)
IX Dívida Consolidada Líquida (IXa e IXb)	37.328	34.845
X RESULTADO NOMINAL -- Abaixo da Linha = IXa - IXb		2.483

### RP AbL

Até o Bimestre

XI Resultado Nominal -- Abaixo da Linha	2.483
(-) Variação do Saldo dos Restos a Pagar Processados (RPP)	196
(-) Receita de Alienação de Investimentos Permanentes	-
(+) Passivos Reconhecidos na Dívida Consolidada (DC)	121
(+) Outros Ajustes	1.288
XII (=) Resultado Nominal Ajustado	3.696
(-) Juros e Encargos Ativos	89
(+) Juros e Encargos Passivos	201
XIII RESULTADO PRIMÁRIO -- Abaixo da Linha	3.808

(PMSP, 2018)

57/60

## Caso Real Novo (8/8)

### Resumo

(R\$ milhões).

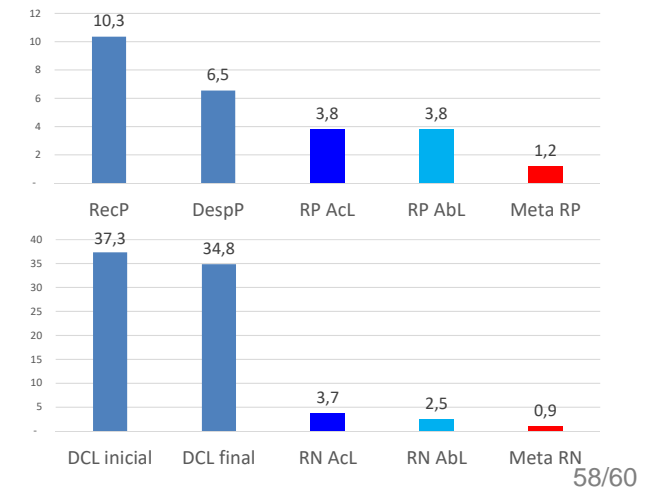
(R\$ bilhões).

#### Resultado Primário

RecP	10.349
DespP	6.541
RP AcL	3.808
RP AbL	3.808
Meta RP	1.156

#### Resultado Nominal

DCL inicial	37.328
DCL final	34.845
RN AcL	3.696
RN AbL	2.483
Meta RN	927



58/60

## Conclusão

- Os resultados nominal (RN) e primário (RP) são medidas fiscais relevantes no contexto do equilíbrio das contas públicas.
- Suas metodologias de apuração (fórmulas) passaram por alterações; e devem ser compatíveis com a LDO.
- O **RN indica** se a dívida pública (no patrimônio) está aumentando ou diminuindo.
- O **RP indica** o esforço fiscal (no orçamento) para fazer sobrar recursos para pagar a dívida.
- São indicadores complementares.
- **Outros aspectos a considerar...**

59/60

## Referenciação e Autorização de Cópia

PLATT NETO, Orion Augusto. **Resultados Nominal e Primário**. Material didático (*slides*). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: Edição do autor, 2018.

1ª Edição, de Abril de 2018.  
Extrato dos *slides* da aula de Resultados Orçamentários, Nominal e Primário, da Disciplina Contabilidade Pública II.

O autor concede autorização de impressão e cópia, apenas da versão em pdf, para uso pessoal dos alunos participantes do Minicurso.



60/60

## Referências (1/2)



BACEN – Banco Central do Brasil. **Glossário:** Resultado Primário. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=462&idioma=P&idpai=GLOSSARIO>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101**, de 4 de maio de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp101.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Curso de Finanças Públicas:** uma abordagem contemporânea. São Paulo: Atlas, 2015.

PASCOAL, Valdecir. **Direito Financeiro e controle externo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. **Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais**. Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015 (dados preliminares). Disponível em:

<[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/GestaoFiscal-3o-Quadrimestre2015\\_GESTAO\\_LRF\\_provisorio\\_1456519260.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/GestaoFiscal-3o-Quadrimestre2015_GESTAO_LRF_provisorio_1456519260.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2016. [2015a](#).

\_\_\_\_\_. **Demonstrativo do Resultado Nominal**. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2015. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Resultado-Nominal-6bim-2015\\_1454330831.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Resultado-Nominal-6bim-2015_1454330831.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2016. [2015c](#).

\_\_\_\_\_. **Demonstrativo do Resultado Primário**. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2015. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/RP-Consolidado-6bim-2015\\_1454330907.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/RP-Consolidado-6bim-2015_1454330907.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2016. [2015d](#).

\_\_\_\_\_. **Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal**. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 1º Bimestre de 2018. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/anexo\\_6\\_rn\\_e\\_rp\\_1bi2018\\_preliminar\\_consolidado\\_1522355208.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/anexo_6_rn_e_rp_1bi2018_preliminar_consolidado_1522355208.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2018. [2018](#).

61/60

## Referências (2/2)

SOF – Secretaria de Orçamento Federal. **Perguntas Frequentes:** O que é resultado primário? Disponível em:

<<http://www.orcamentofederal.gov.br/perguntasfrequentes/o-que-e-resultado-primario>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

[\(STN, 2014\)](#). **Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)**. Aprovado pela Portaria STN n.º 553/2014 e alterações. 6. ed. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

[\(STN, 2017a\)](#). **Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)**. Aprovado pela Portaria STN n.º 495/2017 e alterações. 8. ed. (versão 3). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.

[\(STN, 2016a\)](#). **Resultado Fiscal do Governo Central:** Resultado Primário. Disponível em: <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series temporais/principal.aspx?subtema=4#ancora\\_consulta](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series temporais/principal.aspx?subtema=4#ancora_consulta)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

[\(STN, 2017b\)](#). **Resultado do Tesouro Nacional:** Séries Históricas / Resultado Fiscal do Governo Central - Estrutura Nova (Jan/1997-Jul/2017). Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt\\_PT/resultado-do-tesouro-nacional](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/resultado-do-tesouro-nacional)>. Acesso em: 24 set. 2017.

[\(STN, 2016b\)](#). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. Aprovado pela Portaria STN n.º 840/2016 e pela Portaria Conjunta STN/SOF n.º 6/2016. 7. ed. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/CPU\\_MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/CPU_MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf)>. Acesso em: 23 dez. 2016.

62/60